

Às vésperas das férias parlamentares de fim de ano, o Congresso tem 5.680 proposições encalhadas. Mas o recesso só começa depois da votação do Orçamento.

Quase 6 mil projetos parados no Congresso

Caso consiga entrar em recesso no dia 15 de dezembro — o que depende da aprovação do Orçamento para 1992 — o Congresso deixará de votar cerca de 5.680 projetos, que se encontram encalhados na Câmara e no Senado, alguns há mais de dois anos. Para tentar atenuar os prejuízos de um ano de trabalho marcado pela morosidade na produção, deputados e senadores anunciam que a partir de quarta-feira vão trabalhar em regime de “esforço concentrado”. Alguns projetos importantes, como os da modernização da economia brasileira (portos, propriedade industrial e abertura dos monopólios) não devem ser votados este ano. “Não há compromisso algum pela votação dos projetos de modernização este ano”, avisa o presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB/RS). “Eles podem ficar para o ano que vem”.

Somente na Câmara tramitam 3.388 projetos de lei (883 tratam de assuntos repetidos). Outros 1.006 são projetos de resolução que tratam de assuntos internos da Casa, comissões e autorizações. Apenas 171 propostas estão prontas para votação. Entre elas, 10 foram enviadas pelo governo e o plenário decidiu que serão votadas em regime de urgência. No Senado, a situação é semelhante. Das 1.286 proposições, 672 são projetos de lei, mas somente 15 estão em condições de votação.

A seguir, veja o que pode ser votado nos próximos dias:

No Congresso:

● **Política salarial** — Os nove vetos do governo ao projeto de política salarial e de recomposição do salário mínimo devem ser votados quarta-feira. Se forem derrubados, o valor do salário mínimo, em dezembro, passará a ser de Cr\$ 91 mil. A oposição quer também derrubar o veto ao artigo que propõe a indexação salarial para a faixa entre três e sete salários mínimos. Cerca de 30 vetos do governo a outros projetos aprovados pelo Congresso estão congestionando a pauta de votação.

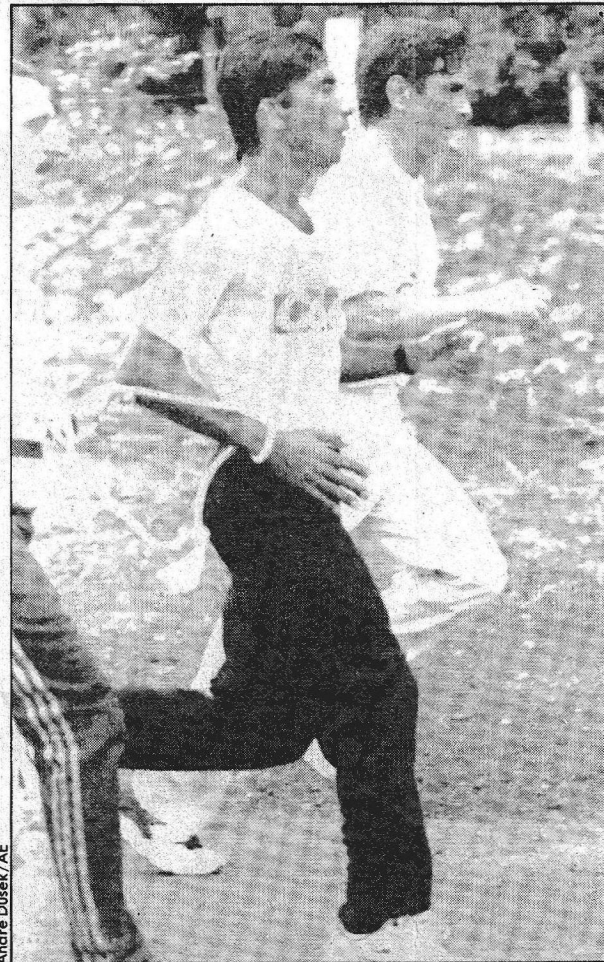
● **Créditos** — Aguardam também votação 24 projetos que propõem abertura de créditos suplementares, que ultrapassam Cr\$ 5 trilhões, no Orçamento deste ano, para órgãos do governo.

Na Câmara:

● **Funcionalismo** — Deve ser votado na quarta-feira o projeto enviado pelo governo que reestrutura as tabelas de classificação salarial do funcionalismo público federal. O projeto concede reajustes salariais entre 15 e 92%.

● **Aposentadorias** — Também na quarta-feira, entre em pauta projeto de decreto legislativo, de autoria do deputado Carlos Alberto Campista (PDT-RJ), que anula a portaria 3.485 do Ministério do Trabalho, que fixou o reajuste dos aposentados em 54,6%. O decreto garante o reajuste de 147,06%.

● **Salários** — Na quinta-feira, deve entrar na pauta de votação o projeto da Mesa Diretora que reajusta os salários dos deputados em



Collor corre com o deficiente visual Creomir Martins, iniciando uma semana que poderá ser decisiva para o governo no Congresso.

André Dusek/AE

53,5%. Se aprovado, cada deputado passará a ganhar Cr\$ 3,9 milhões. O mesmo índice está sendo proposto para Judiciário em outro projeto de lei.

No Senado:

● **Zona Franca** — O substitutivo do Senado ao projeto do governo

de incentivos fiscais à Zona Franca de Manaus, modificado pela Câmara, pode ser votado na quarta. Ele mantém a redução de 88% nas alíquotas de importação, mas exclui dos produtos beneficiados com os incentivos fiscais os automóveis.